



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10380.015806/2009-75
Recurso Voluntário
Resolução nº **2301-001.004 – 2ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 13 de junho de 2023
Assunto CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Recorrente ASSOCIACAO BATISTA B E MISSIONARIA
Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência para que a autoridade preparadora certifique se o contribuinte era, quando da intimação do resultado do julgamento de primeira instância, optante pelo domicílio tributário eletrônico, juntado prova da opção.

(documento assinado digitalmente)

João Maurício Vital - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Maurício Dalri Timm do Valle - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Monica Renata Mello Ferreira Stoll, Wesley Rocha, Flavia Lilian Selmer Dias, Fernanda Melo Leal, Alfredo Jorge Madeira Rosa, Mauricio Dalri Timm do Valle, Thiago Buschinelli Sorrentino (suplente convocado), Joao Mauricio Vital (Presidente)

Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 126-140) em que o recorrente sustenta, em síntese:

A contribuinte tomou conhecimento do acórdão apenas em 12/06/2013, e não em 15/03/2013. Ocorre que a intimação do acórdão foi encaminhada ao domicílio tributário eletrônico, sem que a contribuinte tenha feito qualquer opção ou adesão a esse sistema. Em respeito ao princípio da verdade material, cabe ao fisco demonstrar que o contribuinte optou pelo DT-e. Dessa forma, deve ser considerado tempestivo o presente recurso voluntário, interposto dentro do prazo de 30 dias contados desde a efetiva ciência da recorrente quanto ao acórdão;

A contribuinte teve sua imunidade cancelada pelo ato cancelatório nº 001/2007, porém houve impugnação tempestiva e a questão ainda está em trâmite, de forma que descabe o

Fl. 2 da Resolução n.º 2301-001.004 - 2ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 10380.015806/2009-75

lançamento sem decisão administrativa irrecorrível quanto ao cancelamento da fruição da imunidade;

O ato cancelatório em questão teve por fundamento a suposta remuneração de dirigente da entidade, que seria o Sr. Luís Narciso Coelho de Oliveira, por meio de vantagens diretas e indiretas. Ocorre que o Sr. Luís é apenas funcionário da entidade, tendo contrato de trabalho regido pela CLT, não se confundindo com dirigente da contribuinte. O cargo por ele exercido (secretário executivo) não se confunde com aquele de dirigente, posto que não tem as mesmas atribuições. Descabe o argumento da auditora no sentido de que as relações familiares do Sr. Luís com membros da diretoria da instituição lhe confeririam a mesma condição, por falta de previsão legal. Também não há vedação legal para que a entidade beneficente contrate os serviços de empresas que tenham funcionários da entidade em seus quadros societários. Também descabe o argumento de que a entidade teria remunerado outras duas dirigentes por meio de pagamentos de cursos de especialização como vantagens indiretas, posto que a fiscalização nem mesmo considerou que a natureza dos cursos - eminentemente destinados à qualificação das dirigentes que, em última análise, se reverte em prol da própria entidade; e

A fiscalização se vale de meros indícios, e não de provas, para concluir que houve descumprimento dos requisitos para fruição da imunidade e lançar o crédito.

Ao final, formula pedidos nos seguintes termos:

A presente questão diz respeito ao Auto de Infração – AI/DEBCAD nº 37.256.939-0 (fls. 2-55) que constitui crédito tributário de Contribuições Previdenciárias, em face de Associação Batista Beneficente e Missionária (CNPJ nº 12.360.335/0001-08), referente a fatos geradores ocorridos no período de 11/2006 a 09/2007. A autuação alcançou o montante de R\$ 673.709,35 (seiscentos e setenta e três mil, setecentos e nove reais e trinta e cinco centavos). A notificação do contribuinte aconteceu em 02/12/2009 (fl. 2).

Na descrição dos fatos que deram origem ao lançamento, menciona o Relatório Fiscal (fls. 26-28):

1- DO OBJETO DO LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

O presente relatório é parte integrante do auto de infração em tela, lavrado durante fiscalização de rotina, sob Mandado de Procedimento Fiscal nº. 03.1.01.00-2009-01218-0 relativo a:.

As contribuições patronais devidas as entidades FNDE/Salário-educação, SESC, SEBRAE e INCRA, incidentes sobre as remunerações pagas aos segurados empregados.

Estas contribuições, objeto do débito, foram omitidas das GFIP's no estabelecimento 12.360.335/0001-08.

[...]

4. DOS ELEMENTOS EXAMINADOS

Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social — GFIP, guias de recolhimento da Previdência Social — GPS através do conta corrente, informações conjuntas do banco de dados dos órgãos públicos Dataprev, INSS, RFB, Estatuto Social e atas de eleição de diretoria. Em anexo, amostras de GFIP e consultas da entidade.

Fl. 3 da Resolução n.º 2301-001.004 - 2ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 10380.015806/2009-75

4.1 Saliente-se que o contribuinte teve sua isenção tributária cancelada, relativamente as contribuições sociais de que tratam os art. 22 e 23 da Lei n. 8.212/91, em virtude da inobservância do disposto no art. 55, inciso IV da Lei 8.212/91, face à expedição do Ato Cancelatório de Isenção de Contribuições Sociais N 2 001/2007, de 13 de Setembro de 2007, em anexo. Os efeitos da suspensão serão considerados a partir de 01/04/1998, na forma do § 8º do art. 206 do Decreto nº 3.048/1999.

4.2 — Importante destacar que em face do cancelamento da isenção da empresa em relação as contribuições previdenciárias, para o período do débito — 01/2006 a 09/2007, a auditoria fiscal efetuou o reenquadramento do seu código FPAS atual para o código FPAS 566 — ENTIDADES RECREATIVAS, CULTURAIS, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e Código de Outras Entidades (Terceiros) para 0099.

Não houve reenquadramento no período de 10/2007 a 12/2008, pois a empresa elaborou GFIP com os códigos corretos FPAS 566 e Outras Entidades 0099 a partir de 10/2007. Em anexo Resumo GFIP 10/2007.

4.3— Informamos que os créditos tributários decorrentes de valores confessados/declarados pela empresa em GFIP, antes do início da ação fiscal, serão objeto de lançamento fiscal específico (cobrança automática), não fazendo parte, portanto, deste lançamento.

5. DOS FATOS GERADORES DAS CONTRIBUIÇÕES

A análise dos fatos relativos aos procedimentos da ação fiscal se pautou pela Norma de Execução Cofis (RFB) nº. 04, de 01/09/2009, com fiscalização restrita a levantar débito de contribuições patronais decorrente da remuneração de segurados empregados e contribuintes individuais cujas bases de cálculo estão declaradas em GFIP por contribuintes que informaram, indevidamente, o código FPAS 639, que é específico para entidades beneficentes de assistência social em gozo de isenção das contribuições.

Verificamos que, de fato, o contribuinte declarou as GFIP's com o FPAS 639 e percentual 100% de isenção, recolhendo, apenas, as contribuições descontadas dos segurados a seu serviço deduzindo as quotas de salário-família e salário-maternidade pertinentes, deixando de recolher as contribuições devidas a outras entidade e fundos (terceiros) estabelecidas em leis próprias e que estão listadas no relatório FLD - Fundamentos Legais do Débito, anexo.

O contribuinte apresentou impugnação em 08/01/2010 (fls. 59-78) alegando que:

A contribuinte teve sua imunidade cancelada pelo ato cancelatório nº 001/2007, porém houve impugnação tempestiva e a questão ainda está em trâmite, de forma que descabe o lançamento sem decisão administrativa irrecorrível quanto ao cancelamento da fruição da imunidade;

O ato cancelatório em questão teve por fundamento a suposta remuneração de dirigente da entidade, que seria o Sr. Luís Narciso Coelho de Oliveira, por meio de vantagens diretas e indiretas. Ocorre que o Sr. Luís é apenas funcionário da entidade, tendo contrato de trabalho regido pela CLT, não se confundindo com dirigente da contribuinte. O cargo por ele exercido (secretário executivo) não se confunde com aquele de dirigente, posto que não tem as mesmas atribuições. Descabe o argumento da auditora no sentido de que as relações familiares do Sr. Luís com membros da diretoria da instituição lhe confeririam a mesma condição, por falta de previsão legal. Também não há vedação legal para que a entidade beneficente contrate os serviços de empresas que tenham funcionários da entidade em seus quadros societários. Também descabe o argumento de que a entidade teria remunerado outras duas dirigentes por meio de

Fl. 4 da Resolução n.º 2301-001.004 - 2ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 10380.015806/2009-75

pagamentos de cursos de especialização como vantagens indiretas, posto que a fiscalização nem mesmo considerou que a natureza dos cursos - eminentemente destinados à qualificação das dirigentes que, em última análise, se reverte em prol da própria entidade; e

A fiscalização se vale de meros indícios, e não de provas, para concluir que houve descumprimento dos requisitos para fruição da imunidade e lançar o crédito.

Ao final, formulou pedidos nos termos da fl. 78.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Brasília/DF (DRJ), por meio do Acórdão nº 03-48.148, de 08 de maio de 2012 (fls. 111-115), negou provimento à impugnação, mantendo a exigência fiscal integralmente, conforme o entendimento resumido na seguinte ementa:

ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES

Período de apuração: 01/11/2006 a 30/09/2007

AIOP DEBCAD nº 37.256.939-0

CONTRIBUIÇÃO DESTINADA AOS TERCEIROS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SEGURADOS EMPREGADOS. RECOLHIMENTO.

A empresa é obrigada a recolher as contribuições destinadas a Terceiros no mesmo prazo que a Lei 8.212/91 prescreve para as contribuições previdenciárias, a seu cargo, bem como para as que, por imposição legal, devem ser arrecadadas dos segurados a seu serviço.

ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. O preenchimento dos requisitos relacionados no art. 55 da Lei nº 8.212/91 (hoje revogado pelo art. 29 da Lei nº 12.101, de 27/11/09) apenas qualifica o contribuinte a solicitar a isenção, que, para ser efetivamente concedida, é necessário que a entidade a requeira junto ao Órgão próprio.

Não se aplica o art. 14 do CTN para fins de verificação do atendimento dos requisitos necessários ao exercício do direito à isenção prevista no art. 195, §7º da CF.

MULTA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. RETROATIVIDADE BENIGNA.

Segundo a Portaria Conjunta PGFN/RFB-nº14, de 2009, a análise do valor das multas para verificação e aplicação daquela que for mais benéfica, se cabível, será realizada no momento do pagamento ou do parcelamento.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

É o relatório do essencial.

Voto

Conselheiro Maurício Dalri Timm do Valle, Relator.

Fl. 5 da Resolução n.º 2301-001.004 - 2ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 10380.015806/2009-75

Conforme a consulta aos dados identificadores do processo no sistema DATAPREV, a intimação do Acórdão se deu em 13 de março de 2013 (fl. 120). A intimação se deu por meio do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) por decurso de prazo e, ante a ausência de interposição de recurso tempestivo, foi enviada carta de cobrança entregue em 13/05/2013 (fl. 111). O protocolo do recurso voluntário se deu em 12/06/2013 (fls. 126-140), de forma que, em tese, se trata de recurso intempestivo e não deveria ser conhecido.

Ocorre que o contribuinte afirma que não fez a opção pelo DT-e, a qual necessariamente deve ser expressa, nos termos da Portaria SRF Nº 259/2006, vigente à época:

Art. 4º A intimação por meio eletrônico, com prova de recebimento, será efetuada pela RFB mediante: (Redação dada pela Portaria RFB nº 574, de 10 de fevereiro de 2009)

I - envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou

[...]

§ 1º Para efeito do disposto no inciso I, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo a Caixa Postal a ele atribuída pela administração tributária e disponibilizada no eCAC, desde que o sujeito passivo expressamente o autorize.

§ 2º A autorização a que se refere o § 1º dar-se-á mediante envio pelo sujeito passivo à RFB de Termo de Opção, por meio do eCAC, sendolhe informadas as normas e condições de utilização e manutenção de seu endereço eletrônico. (Redação dada pela Portaria RFB nº 574, de 10 de fevereiro de 2009).

Não consta dos autos o registro quanto à data de opção da contribuinte pelo DT-e, informação indispensável para o deslinde do feito. Por essa razão, entendo que cabe a conversão do julgamento em diligência, para que a autoridade lançadora junte aos autos o histórico de opções da contribuinte no sistema eCAC, especificamente quanto à sua adesão ao DT-e.

Conclusão

Diante do exposto, voto converter o julgamento em diligência para que a autoridade preparadora certifique se o contribuinte era, quando da intimação do resultado do julgamento de primeira instância, optante pelo domicílio tributário eletrônico, juntado prova da opção.

(documento assinado digitalmente)

Maurício Dalri Timm do Valle